

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MELLODY CARDOSO MARINHO JUVENAL
PABLO HENRIQUE ROQUE DA SILVA

**AS RESPONSABILIDADES DA CONTABILIDADE
FISCAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

RECIFE
2024

MELLODY CARDOSO MARINHO JUVENAL
PABLO HENRIQUE ROQUE DA SILVA

AS RESPONSABILIDADES DA CONTABILIDADE FISCAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Centro Universitário Brasileiro -
UNIBRA, como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel(a) em Ciências Contábeis.

Professor Orientador: Dr. Jadson Freire Silva

RECIFE
2024

RESUMO

Este trabalho irá apresentar a contabilidade fiscal como forma importante na elaboração de planejamentos tributários, com enfoque nas reduções de despesas com tributos. Tendo como objetivo evidenciar os riscos a que a empresa está exposta ao não cumprir com suas obrigações tributárias. As informações aqui contidas são de suma importância aos empresários que não tem tanto conhecimento a respeito do setor fiscal da contabilidade e no impacto positivo que ele pode causar na empresa se for dirigido por um profissional devidamente capacitado. No estudo bibliográfico foi citado um exemplo conforme pesquisas de acontecimentos, em que a empresa não possui um bom planejamento tributário.

Palavras-chave: lei de responsabilidade fiscal; recolhimento dos impostos; obrigações acessórias; omissão de impostos; benefícios fiscais; planejamento tributário; legislação federal fiscal; carga tributária incentivo fiscal.

ABSTRACT

This work will present tax accounting as an important way to prepare tax planning, focusing on reducing tax expenses. The objective is to highlight the risks to which the company is exposed when not complying with its tax obligations. The information contained here is extremely important for business people who do not have much knowledge about the tax accounting sector and the positive impact it can have on the company if managed by a properly trained professional. In bibliographic study, an example was cited, according to research into events, in which the company does not have good tax planning.

Keywords: fiscal responsibility law; collection of taxes; additional obligations; omission of taxes; tax benefits; tax planning; federal tax legislation; tax burden tax incentive.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 METODOLOGIA	08
3 RESULTADOS	10
4 DISCUSSÃO	13
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	21

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade fiscal é responsável pelo comprometimento a respeito das obrigações tributárias que serão entregues em determinado período, sendo assim o profissional contábil tem de estar sempre a par sobre as legislações para um melhor planejamento tributário se adaptando ao regime mais compatível com as suas atividades sendo eles: lucro presumido, lucro real e o simples nacional (Crepaldi, 2021).

A parte tributária de uma empresa precisa estar sempre organizada e alinhada conforme as legislações federais e municipais seguindo as regras dos seus tributos e declarações, impedindo que haja desacerto entre o contribuinte e a ordem tributária (Chaves, 2018). Já que o tributo é uma obrigação de pagamento podendo ser dividido em seguintes cobranças; impostos; taxas e contribuições especiais (parafiscais), caso haja negligência por falta desse pagamento poderá ocasionar pendências no CNPJ da empresa dificultando por exemplo, a obtenção de créditos bancários a fins de crescimento empresarial, sendo assim o tributo a principal receita para a melhoria do estado, classificada pela receita derivada (impor pagamentos, que seriam os impostos) (Rangel e Júnior, 2022).

Para impedir essas complicações a empresa necessita ter um bom planejamento tributário para a redução de erros contábeis e minimizar as despesas fiscais, realizar o controle dos impostos de retenção e recolhimento dos mesmos em seus respectivos prazos é uma forma que a empresa tem de se manter regular e sem pendências fiscais (Alves, 2020). Tendo como objetivo evitar processos administrativos e judiciais que possibilitem a incidência de multas e juros ou havendo a antecipação desse pagamento favorecendo a empresa com crédito tributário podendo ser atribuída a compensação de débitos em aberto (Machado e Sousa, 2017).

Com base nessas informações pode-se observar o quanto ter um planejamento é de grande influência tanto para pessoa jurídica quanto para a física, para que assim evite complicações e facilite o seu controle tributário (Almeida et al. 2024). Com isso o objetivo deste trabalho é mapear o funcionamento das responsabilidades, como realizar o controle dessas informações para geração de suas declarações à Receita

Federal, enfatizando que precisamos estar sempre atento em suas legislações e as atualizações, mostrando a importância de evitar as pendências fiscais prematuramente forçando o encerramento de suas atividades.

2 METODOLOGIA

Nesse documento iremos utilizar o método de pesquisa bibliográfica que tem como referência livros e artigos científicos para realizar o detalhamento dos procedimentos técnicos. A pesquisa bibliográfica é formada através de artigos já publicados necessitando estudo e análise dos mesmos, reunindo informações e colaborando para a conclusão da pesquisa (Sousa et al. 2021).

Para a coleta da base de dados deste trabalho foi usado a abordagem quali-quantitativa que seria a junção da qualitativa e a quantitativa. No entendimento de Teis e Teis (2006) a qualitativa é realizada de forma descritiva com observações e compreensão a partir da essência do assunto abordado, no entanto a quantitativa seria a análise de número e a proporção que causa no tema citado.

Optamos pelo site do Google acadêmico como base para nossas pesquisas, pois, desde o seu surgimento no ano de 2004, ele já veio com a proposta de ser um site para uso acadêmico, trazendo artigos científicos, revistas e livros. E o mais importante, por ser uma plataforma gratuita facilita o acesso independente do país, estado ou até mesmo condição financeira, onde está reunido um conjunto de informações de assuntos variados (Caregnato e Elisa, 2011). A formação desta discussão foi construída sem a utilização de artigos pagos e línguas estrangeiras, entretanto foi alimentada com base em artigos em português a partir do ano 2015 a 2024 retirando as citações, podendo ser encontrados todos da primeira até a página 54 do site do Google acadêmico.

Inicializamos o processo de coleta de dados utilizando as seguintes palavras chaves: lei de responsabilidade fiscal; recolhimento dos impostos; obrigações acessórias; omissão de impostos; benefícios fiscais; planejamento tributário; legislação federal fiscal; carga tributária incentivo fiscal. Com intuito de aprimorar os conhecimentos coletivos e um melhor aproveitamento das informações obtidas.



Seguindo os critérios informados foram feitas as exclusões dos artigos de conclusão de curso, livros, teses, dissertação de mestrado ou doutorado e títulos que não fossem relevantes para a pesquisa; totalizando 23 artigos. Com isso houve a leitura dos resumos desses artigos escolhidos para aprimorar positivamente para conclusão desta pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pode-se observar abaixo a tabela 1 onde demonstra os resultados que foram obtidos para a pesquisa seguindo os critérios citados de inclusão e exclusão detalhados na metodologia.

Tabela 01 – Lista de artigos do mapa de inclusão e exclusão

ANO	AUTOR	TÍTULO	OBJETIVO DA PESQUISA	TIPO DA PESQUISA	NOME DAS REVISTAS
2018	KOTAKE ET AL.	A ELISÃO FISCAL COMO FERRAMENTA PARA O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: UM ESTUDO DA SONEGAÇÃO FISCAL	ENTENDER A ELISÃO FISCAL E COMPARAR COM A SONEGAÇÃO FISCAL	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	REVISTA FATEB CIENTÍFICA
2017	SANTOS E ARAÚJO	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	-	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	REVISTA ELETRÔNICA COSMOPOLITA EM AÇÃO
2022	GARCIA E ANTÔNIO	IMPORTÂNCIA E UTILIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PELOS EMPRESÁRIOS DE COMODORO/MT	IDENTIFICAR A EFETIVA UTILIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA AO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PELOS EMPRESÁRIOS DO MUNICÍPIO DE COMODORO	PESQUISA QUALITATIVA	REVISTA CIENTÍFICA DA AJES
2022	SOUZA	DOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	DISCUTIR OS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
2019	MACEDO E DINIZ	SONEGAÇÃO FISCAL: UMA ANÁLISE DOS SEUS EFEITOS NA ECONOMIA BRASILEIRA	-	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	REVISTA DE AUDITORIA GOVERNANÇA E CONTABILIDADE

2018	OLIVEIRA E ANTUNES	A GESTÃO TRIBUTÁRIA NO CONTROLE À SONEGAÇÃO FISCAL	A IMPORTÂNCIA E OS IMPACTOS POSITIVOS QUE O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO TRAZ PARA AS EMPRESAS	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	REVISTA MULTIDISCIPLINAR E DE PSICOLOGIA
2017	ARAÚJO ET AL.	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO POR MEIO DE HOLDING: ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	CONCEITO DE HOLDING FRENTE AO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	PESQUISA EXPLORATÓRIA E BIBLIOGRÁFICA	REVISTA DE DIREITO INTERNACIONAL ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO RDIET
2017	BATISTA E SILVA	O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO FERRAMENTA PARA MINORAR A CARGA TRIBUTÁRIA: UMA PRÁTICA ELUSIVA OU EVASIONISTA	O ENQUADRAMENTO CORRETO DO REGIME TRIBUTÁRIO PODE-SE MINIMIZAR A INCIDÊNCIA DE IMPOSTOS	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	REVISTA AMBIENTE ACADÊMICO
2019	SILVA ET AL.	A DIVULGAÇÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS E A INFORMAÇÃO SOBRE POSSÍVEIS ECONOMIAS TRIBUTÁRIAS	-	PESQUISA DESCRITIVA EXPLICATIVA	REVISTA ENIAC PESQUISA
2022	RAMOS E FREITAS	CRÍTICA DA INCIDÊNCIA DA NORMA PENAL E OS EFEITOS DA CRIMINALIZAÇÃO PELO NÃO RECOLHIMENTO DO ICMS	-	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	REVISTA HÚMUS
2020	PILLON E BONEMBERGER	ALTERAÇÕES DO SIMPLES NACIONAL E A GESTÃO TRIBUTÁRIA DENTRO DAS EMPRESAS DE SERVIÇO	BUSCA ENTENDER A LEI COMPLEMENTAR 155/2016 E SEUS IMPACTOS	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	REVISTA CARIBEÑA DE CIENCIAS SOCIALES
2024	CRUZ E ALECRIM	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO VOLTADO A MICROEMPRESA ENQUADRADA NO SIMPLES NACIONAL	-	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	REVISTA E&S

		PARTICIPANTE DE LICITAÇÕES			
2020	JESUS	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO FERRAMENTA NA REDUÇÃO DE IMPOSTOS	ABORDAR A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	ESTUDO DE CASO	REIVA REVISTA
2017	APARECIDA E TORRES	A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE E DO DIREITO TRIBUTÁRIO NA NOVA FASE DO SPED	A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA CONTABILIDADE E DIREITO TRIBUTÁRIO	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	REVISTA ACADÊMICA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
2020	PINHEIRO E AGUIAR	INADIMPLÊNCIA FISCAL E A APROPRIAÇÃO INDÉBITA TRIBUTÁRIA NO RHC	ANALISAR OS PONTOS DE DIVERGÊNCIA ENTRE A DECISÃO EMANADA DO RHC E AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ESTADO BRASILEIRO	ESTUDO DE CASO, PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL	REVISTA DE DIREITO DA FACULDADE DE GUANAMBI
2017	ANDRADE	A IMPOSSIBILIDADE DE A RECEITA FEDERAL APLICAR A MULTA QUALIFICADA FEDERAL DE 150%	-	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	REVISTA DIREITO TRIBUTÁRIO ATUAL
2020	NERY	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS, VANTAGENS E A FORMA DE REALIZÁ-LO	PESQUISA QUALITATIVA EXPLORATÓRIA	REVISTA CIENTÍFICA
2022	FRAGOSO E BRITES	UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	-	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	REVISTA CADERNOS DE NEGÓCIOS
2020	MULLER ET AL.	O IMPACTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 87/2015 PARA EMPRESA INDUSTRIAL DE PANIFICAÇÃO QUE DESEJA ATUAR NO CAMPO DE E – COMMERCE	-	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	REVISTA DE EXTENSÃO E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

2021	BISCAIA E TREVISAN	A ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL MÚTUA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA E O BRASIL: APORTES TEÓRICOS	-	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	REVISTA DIREITO TRIBUTÁRIO ATUAL
2016	PLANAS	ANÁLISE SOBRE A VIABILIDADE DA INSTITUIÇÃO DO IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS E OS BENEFÍCIOS SOCIAIS DECORRENTES A SUA INCIDÊNCIA	-	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	REVISTA JURISFIB
2023	SOUSA E REZENDE	A EFICIÊNCIA DA CONFORMIDADE TRIBUTÁRIA DIGITAL EM FACE DOS DETERMINANTES DO TAX GAP	-	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	REVISTA CONTEMPORÂNEA DE CONTABILIDADE
2020	MEIRA E ZIEMBOWCZ	A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DOS CRIMES TRIBUTÁRIOS EM FACE DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PROPORCIONALIDADE	-	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL	REVISTA ARGUMENTUM

A partir dos artigos coletados anteriormente foram extraídos da literatura concordâncias e discordâncias enfatizando as informações de Oliveira e Antunes (2018) que descreve o planejamento como uma antecipação dos fatos, prevendo o impacto na gestão da empresa evitando a geração de uma obrigação tributária, assim precavendo que não haja uma possibilidade de sonegação fiscal por conta de trabalhos ilícitos com finalidade de redução de carga tributária beirando as margens da lei. A união trabalha com o objetivo de evitar que a sonegação aconteça partindo do acompanhamento que é realizado por ela mesma das arrecadações, para que não haja crime contra a ordem tributária (Macedo e Diniz, 2019).

No Brasil, o incentivo para a realização da sonegação fiscal é a alta carga tributária que o país impõe em seu sistema tributário, nisso os empresários encontram uma alternativa de desviar a sonegação apropriando-se da evasão fiscal por se perder muito tempo para cumprir os procedimentos, juntamente com os altos impostos para

pagamento tanto de empresários, quanto de cidadãos, o serviço público é precário e ineficiente causando insatisfação das duas partes que reflete na falta da realização dos pagamento e nas informações das declarações (Macedo e Diniz, 2019).

Sendo o tributo o valor monetário que é obrigado por lei ser pago pelos cidadãos, para uma empresa o controle para que seja pago de forma correta e a elaboração de um planejamento tributário é fundamental, começando com a escolha do regime tributário que melhor irá se enquadrar com os padrões de sua empresa pois cada regime tem seus procedimentos específicos e suas tributações, dentro das atividades que a empresa for atuar a escolha do regime correto é essencial para melhor enquadramento de tributação e minimizar os gastos (Batista e Silva, 2017).

Planejar e estabelecer objetivos na organização com o intuito de gerar economia diante das tributações pode-se utilizar meios para retardar os pagamentos atrasados dos impostos e declarações para que não reflita em juros e multa para a empresa a fim que haja sobrevivência da organização sempre buscando meios na legislação para reduzir de forma legal os encargos (Souza, 2022). Buscando uma estrutura nas atividades fiscais, um setor bem incorporado à empresa com a gestão ciente de toda a legislação tributária ficará sem incentivo para que aconteça uma sonegação fiscal ou que utilize a evasão fiscal como uma alternativa para a solução do problema (Batista e Silva, 2017).

Com o intuito de aliviar a carga tributária os empresários utilizar de forma criativa o planejamento tributário sendo eficaz junto com um profissional contábil pois com um conhecimento para saber o que vai mais impactar economicamente na empresa por se tratar de legislação e parte jurídica que afeta duramente a empresa é essencial que esteja tudo legalmente correto pois a maior parte dos custos das empresas são de pagamento de impostos para a união (Jesus, 2020).

Junto com o profissional contábil será levantado dados e informações a respeito da empresa para que se faça um estudo e decida-se qual regime tributário se enquadra melhor na instituição. Os regimes mais utilizados no Brasil são o simples nacional por ser menos burocrático é mais utilizado pelas microempresas por seu pagamento de tributos ser de forma unificada e a alíquota variar de acordo com o faturamento da empresa. O lucro real por sua vez, têm tributações mais complexas, empresas que obtêm receita bruta acima de R\$78 milhões são obrigadas a optar por esse regime que por sua vez exige mais impostos para recolhimento. Mas por outro

lado consegue apurar o lucro líquido com exatidão pagando somente o necessário (Jesus,2020). Por fim, o lucro presumido utiliza uma porcentagem em cima do montante da receita bruta referente às vendas de serviços e mercadorias, simplificando o cálculo do imposto de renda de pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido (Garcia e Antônio,2022).

Entendendo como funciona cada regime tributário e como ele afeta economicamente a empresa, podemos afirmar a importância de ter um planejamento desde do início da empresa para que obtenha um ótimo controle de suas informações, entendendo as vantagens e desvantagens de cada tributação. Seguindo o estudo de Garcia e Antônio (2022) um dos motivos dos gestores não aplicarem o planejamento tributário nas suas empresas é a falta de conhecimento, esse problema afeta diretamente na tomada de decisões, onde nesta mesma pesquisa foi evidenciado que é importante ter essa técnica, mesmo que esses gestores não utilizem dela ele obtém a ciência que esse detalhe impacta negativamente. Tendo esse controle e conhecimento poderíamos agregar com benefícios fiscais, já que seu objetivo é amenizar o peso da alta carga tributária de forma lícita, mas assim deixar de cumprir com suas obrigações poderá perdê-las (Silva et al; 2019).

Nos tempos atuais cada vez mais se faz necessário que as empresas busquem o auxílio de profissionais ou escritórios contábeis para manter sua empresa regularizada conforme as normas, através das legislações para que possa adquirir algum benefício fiscal, onde que o governo anseia em fiscalizar as movimentações das empresas exigindo dos responsáveis as apresentações das obrigações tributárias em declarações. (Torres, 2019)

Uma das maiores preocupações das empresas é no momento de realizar o pagamento do tributo na intenção de evitar que aconteça atrasos gerando multa e juros, mas além dessa precaução deve-se ressaltar que informar os pagamentos de cada tributo ao fisco é de grande importância para que haja comprovação que pagou, e pagou de forma correta, sem sonegação. Tendo ciência que a obrigação tributária acessória tem finalidade de fornecer dados ao fisco do controle dos fatos referente aquela obrigação (Torres, 2019).

Com aumento na quantidade de obrigações para declarar foi desenvolvido o SPED - Sistema Público de Escrituração Digital, para facilitar o envio das informações dos contribuintes. Com esse sistema sendo um instrumento de validação integrando

na escrituração contábil e fiscal facilitando o trabalho dos responsáveis fiscais, porém com a implantação capaz de integralizar o fisco, que é responsável por fornecer as informações aos estados e a união, por outro lado alguns estados não utilizam o sistema e empregam declarações antigas resultando em problemas de duplicidade na base de dados do fisco (Torres, 2019). A responsabilidade que o profissional deve ter em situações como essa sempre buscando atualizações na legislação com o intuito de evitar que a empresa entre em malha fina com o governo e possibilitando que não ocorra riscos de penalidade.

Utilizando da ferramenta elisão fiscal com o intuito de reduzir cargos afastando - se da sonegação, sendo essa ferramenta essencial para o planejamento tributário sempre ocorrendo de forma lícita. A elisão fiscal baseia - se no estudo antecipado das normas do Sistema Tributário Nacional (Kotake et al; 2018).

Empregando o planejamento tributário como uma alternativa de evitar a sonegação com o intuito de redução na carga tributária de forma legal, gerando organização nos custos e despesas da empresa, realizando um estudo detalhado maximiza os resultados obtidos (Andrade, 2017).

Com a inadimplência fiscal representa os tributos que são devidos às empresas, mas não são pagos, com esse descumprimento de obrigação poderá ocasionar em penas administrativas gerando a inscrição na Dívida Ativa (Pinheiro e Aguiar, 2020).

A consequência da inscrição na Dívida Ativa resulta em problemas judiciais como intimações enviadas ao contribuinte informando suas pendências para que regularize sua empresa o mais rápido possível para prevenir - se de complicações futuras (Pinheiro e Aguiar, 2020).

Com o aumento das micro e pequenas empresas, o planejamento tributário é um importante aliado para a orientação pois o regime tributário mais utilizado desses empresários é o simples nacional, devido a isto, entendemos que essa ferramenta auxilia de forma positiva se essa escolha é vantajosa ou não (Santos et al; 2017). Por obter um único recolhimento mensal facilitando o procedimento da empresa possuindo somente uma única alíquota de tributação sucedendo em uma ótima vantagem aos empresários, mas nem todos os microempreendedores poderão optar por esse regime pois necessita que seja realizado um estudo em cima das situações da empresa diante

de um planejamento resultando se a empresa se enquadraria ou não nos requisitos necessários (Santos et al; 2017).

Por não precisar se preocupar com as obrigações acessórias, a inadimplência de tributos, que seria quando o empresário opta por priorizar os pagamentos de outros custos em relação aos seus tributos na tentativa de evasão fiscal, dá indícios de falta de ferramenta de gerenciamento (Cruz et al; 2024).

Sendo a elisão fiscal que sucede em possibilidades oferecidas a partir de um planejamento tributário a fim de diminuir o ônus tributário, em referência a evasão fiscal que são atos de fraude, simulação e sonegação fiscal (Araújo et al; 2017).

O sistema tributário brasileiro é composto pelos tributos de competência com finalidade de recolhimento dos tributos, tendo o intuito de regularizar a arrecadação e a partilha dos tributos (Fragoso e Brites, 2021). Sendo regido pelo Código Tributário Brasileiro que representa as normas gerais da legislação tributária, juntamente com o tributo que se caracteriza como uma receita derivada arrecadada pelo estado em moeda corrente sendo cobrada mediante a atividades administrativas vinculada sendo dividida em três espécies, impostos, taxas e contribuições de melhoria. Os impostos são cobrados ao contribuinte em decorrência a fatos que indiquem propriedade de riqueza ou atividade estatal sendo dividido em diretos e indiretos, exemplo de imposto direto o imposto de renda de pessoa física ou jurídica, imposto predial territorial urbano (IPTU), imposto de propriedade de veículos automotores (IPVA), pois essas contribuições estão ligadas diretamente com o contribuinte. O indireto por outro lado tem incidência ao consumo de mercadorias ou serviços por exemplo, o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), circulação de mercadorias e serviços (ICMS), imposto sobre produtos industrializados (IPI) (Fragoso e Brites, 2021).

Para realizar o controle e recolhimento desses impostos diretos e indiretos o planejamento tributário entra como uma principal ferramenta para esse controle, pois cada recolhimento tem suas regras de acordo com sua legislação de cada estado, para que haja o pagamento correto dessas arrecadações necessitando de uma compreensão adequada sobre os aspectos fundamentais do direito tributário e a importância do tributo para o estado (Ramos e Freitas, 2022).

Os sistemas utilizados para declarar as informações das empresas para o governo têm o papel de demonstrar as movimentações que a empresas teve em relação a certos impostos para que ao realizar o cruzamento das movimentações com

o que foi descrito na declaração seja provado que a empresa esteja atuando corretamente com as suas obrigações (Planas, 2016).

Se os empresários fizeram uma escolha errada no recolhimento das suas obrigações ou escolha da sua tributação no ano calendário poderá gerar dificuldades ou até mesmo prejuízo pois não poderá ser alterada no exercício atual (Oliveira et al; 2018). Acerca da extinção da punibilidade dos crimes contra a ordem tributária por meio de pagamentos dos seus débitos estimulando a autodenúncia dos contribuintes faltosos fornecendo regularização de suas obrigações (Meira e Ziembowicz, 2020).

Como a gestão tributária que é regida pelos três entes federativos onde suas leis e normas se alteram frequentemente, por conta disso o gestor tributário deve obter conhecimento da constituição e código tributário se tornando uma necessidade existir uma gestão tributária dentro das empresas pela distinção nas declarações acessórias e nos impostos (Pillon e Bonemberger, 2020).

Um controle tributário não se baseia somente na arrecadação, mas como o processo é feito até o pagamento, sendo efetuada corretamente de acordo com o que foi descrito na legislação de forma eficiente. Adotando novas tecnologias para facilitar o tratamento das informações de forma precisa trazendo melhorias notáveis nos cruzamentos das informações (Sousa e Rezende, 2023).

Com a contabilidade tributária pode-se conseguir benefícios a fim de reduzir a carga tributária mas sempre preservando a empresa de algum transtorno legal para que tenha melhorias nos resultados e possibilitando investimentos, juntamente com um planejamento sendo realizado antes do fato gerador do imposto podendo ser realizado por vários profissionais especializados no assunto tendo uma imensa segurança nas informações que foram apresentadas, visto que uma decisão errada pode impactar negativamente na empresa. Confunde-se o planejamento como algo fraudulento fazendo que ocorra a sonegação fiscal, entretanto, pode-se perceber que é totalmente o inverso onde ter um planejamento é de grande necessidade para atingir grandes resultados positivos (Muller et al; 2020).

Sendo de grande importância controlar os prejuízos fiscais para que aconteça um controle correto para que a empresa não pague mais imposto que é devido sempre trazendo embasamento e orientação para as organizações (Nery, 2020).

O cruzamento das informações que são apresentadas nas declarações serve para manter a legalidade da empresa para que não aconteçam divergências, com o

intuito de diminuir pagamento ou ocultar informações, mas a possibilidade que a empresa caia em malha fina é muito grande colocando em risco sua integridade (Biscaia e Trevisan, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foi possível notar que a contabilidade fiscal nos dias atuais se faz muito necessária no ambiente empresarial e também para pessoas jurídicas que vende seus serviços, pois, com ela é pode-se obter informações necessárias para um bom planejamento tributário, auxiliando assim na tomada de decisões sobre qual tributo é mais viável para aquele padrão empresarial ou comercial.

Mas também não podemos esquecer dos empreendedores autônomos, pois, para essa classe comercial econômica também se faz necessário o conhecimento ou até mesmo o auxílio de profissionais da área contábil para que conheça seus limites e tenha noção de quais obrigações eles têm que informar para se manter regular mediante a legislação vigente. Um risco para os que não tem um controle fiscal é por exemplo o acúmulo de dívidas por não saber sequer que deveria pagar certo imposto podendo acarretar em negativação do CNPJ, diminuição da pontuação e também aumenta a dificuldade em obter créditos bancários.

Deste modo sugerimos que haja novas pesquisas de caso a fim de entender as consequências das empresas que não optam por um planejamento tributário e os riscos que ela acaba enfrentando no seu dia a dia, pois, podemos notar neste trabalho algumas das responsabilidades de uma empresa e o quanto um planejamento tributário pode agregar positivamente para a organização dessas informações. Assim buscando mais esse conhecimento é possível ter a noção da importância deste setor da contabilidade que é tão essencial e ao mesmo tempo restrito ao usuário da contabilidade.

REFERÊNCIAS

Alves, E. F. (2020). **Gestão Tributária Municipal: estudo de caso de arrecadação de IPTU, ISS, ITBI, contribuição de melhoria e TFL.**

de ALMEIDA, M. A., PAZ, J. L. C., & da Silva MARINHO, T. (2024). PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NO BRASIL: UMA NECESSIDADE VITAL PARA EMPRESAS EM MEIO AO COMPLEXO CENÁRIO FISCAL. **Facit Business and Technology Journal**, 1(53).

APARECIDA, Laura Maclovis; TORRES, Souza. A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE E DO DIREITO TRIBUTÁRIO NA NOVA FASE DO SPED. **NOVOS DIREITOS**, v. 4, n. 1, p. 66-80, 2017.

DE ANDRADE, Leonardo Aguirra. A impossibilidade de a Receita Federal aplicar a multa qualificada federal de 150%. **Revista Direito Tributário Atual**, n. 37, p. 283-307, 2017.

ARAÚJO FILHO, Francisco Porto. Planejamento Tributário MPEs. **Revista Eletrônica Cosmopolita em Ação**, v. 4, n. 1, p. 28-45, 2017.

BATISTA, Thaynara Vargas; DA SILVA, Hemerson José. O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO FERRAMENTA PARA MINORAR A CARGA TRIBUTÁRIA: UMA PRÁTICA ELISIVA OU EVASIONISTA? **AMBIENTE ACADÊMICO**, p. 59.

BISCAIA, Nádia Rubia; TREVISAN, Rosaldo. A Assistência Internacional Mútua em Matéria Tributária e o Brasil: Aportes Teóricos. **Revista Direito Tributário Atual**, n. 39, p. 325-351, 2018.

CHAVES, Francisco Coutinho. **Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada**. Editora Atlas SA, 2000.

CAREGNATO, Sonia Elisa. Google Acadêmico como ferramenta para os estudos de citações: avaliação da precisão das buscas por autor. **Pontodeacesso**, v. 5, n. 3, p. 72-86, 2011.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Planejamento tributário: teoria e prática**. Saraiva Educação SA, 2021.

DA CRUZ, Rosimeiry Cordeiro; ALECRIM, Eliza Remédio. **Planejamento tributário voltado a microempresa enquadrada no Simples Nacional participante de licitações**. 2024.

FRAGOSO, Fernando Rocha; DE OLIVEIRA BRITES, Valéria. Uma análise bibliométrica da produção científica publicada no congresso usp de iniciação científica em contabilidade sobre o tema “planejamento tributário”. **Revista Cadernos de Negócios**, v. 2, n. 1, 2021.

GARCIA, Dhayse Michaelis Silva; DE MELO ANTÔNIO, Maysa Oliveira. Importância e utilização do planejamento tributário pelos empresários de Comodoro/MT. **Revista Científica da Ajes**, v. 11, n. 22, 2022.

ARAÚJO, Jandher Jonnathan; PAULUS, Claudemir Inácio; QUEIROZ, André Zancanaro. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO POR MEIO DE HOLDING: ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS. **Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário**, v. 12, n. 1 Jan/Jun, p. 597-631, 2017.

DE JESUS, Ana Flávia. Planejamento tributário como ferramenta na redução de impostos. **Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia-REIVA**, v. 3, n. 04, p. 16-16, 2020.

KOTAKE, Fernanda Caroline; BRITO, Lucas Vinícius Gentile; DE MENDONÇA, Sandro Augusto Teixeira. **A elisão fiscal como ferramenta para o Planejamento Tributário.**

DE MACEDO, Carolina Reis; DE FREITAS DINIZ FILHO, José Washington. SONEGAÇÃO FISCAL: Uma análise dos seus Efeitos na Economia Brasileira. **RAGC**, v. 7, n. 31, 2019.

MULLER, Evandro Assis et al. O IMPACTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 87/2015 PARA EMPRESA INDUSTRIAL DE PANIFICAÇÃO QUE DESEJA ATUAR NO CAMPO DE E-COMMERCE. **REVISTA DE EXTENSÃO E INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNISOCIESC**, v. 7, n. 1, p. 229-248, 2020.

MEIRA, Liziane Angelotti; ZIEMBOWICZ, Rodrigo Luís. A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DOS CRIMES TRIBUTÁRIOS EM FACE DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PROPORCIONALIDADE. **Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law**, v. 21, n. 3, p. 1025-1057, 2020.

NERY, Daniela Mendonça Souza. Planejamento Tributário. **Revista Científica BSSP**, v. 1, n. 1, p. 0-0, 2020.

DE OLIVEIRA, Gilmar Gomes; ANTUNES, Emanuel Silva. A Gestão Tributária no Controle à Sonegação Fiscal. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 12, n. 41, p. 52-65, 2018.

PLANAS, Maria Isabel Dipe. Análise sobre a viabilidade da instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas e os benefícios sociais decorrentes da sua incidência. **Revista JurisFIB**, v. 7, n. 7, 2016.

PILLON, Simone Beatriz; BONEMBERGER, Simone Zuconelli. As alterações do simples nacional ea gestão tributária dentro das empresas de serviço. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales (RCCS)**, n. 3, p. 33, 2020.

PINHEIRO, Johnattan Martins; DE AGUIAR, Denison Melo. Inadimplência fiscal e a apropriação indébita tributária no RHC 163.334/SC. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, v. 7, n. 01, p. e287-e287, 2020.

RANGEL, Gleyck Alencar; JÚNIOR, Marcondes da Silveira FIGUEIREDO. O CRIME DE SONEGAÇÃO FISCAL E SEUS IMPACTOS NO ESTADO BRASILEIRO. **Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n. 34, 2022.

RAMOS, Samuel Ebel Braga; DE OLIVEIRA FREITAS, Augusto Cesar. **Crítica da incidência da norma penal e os efeitos da criminalização pelo não recolhimento do ICMS**. 2022.

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

DA SILVA, Roberta Cristina et al. A divulgação dos benefícios fiscais e a informação sobre possíveis economias tributárias. **Revista Eniac Pesquisa**, v. 8, n. 1, p. 59-84, 2019.

DE SOUZA, Gabriela Maia. DOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 3, n. 3, p. e331137-e331137, 2022.

DE SOUSA, Luís Gustavo Chiarelli; REZENDE, Amaury José. IVA: A eficiência da conformidade tributária digital em face dos determinantes do tax gap. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 20, n. 54, p. 01-17, 2023.

SOUSA FILHO, Rodolfo De Castro; MACHADO, Paulo Sérgio. **Gestão de tributos**. Editora FGV, 2018.

TEIS, Denize Terezinha; TEIS, Mirtes Aparecida. A abordagem qualitativa: a leitura no campo de pesquisa. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, v. 1, p. 1-8, 2006.